



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**09/02/2013**



# ÍNDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CAMPANHA.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3
1.3. ORÇAMENTO.....	4 - 5
1.4. PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	6
1.5. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	7 - 8
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. SEM ASSUNTO.....	9
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. SELETIVOS.....	10 - 11
3.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	12 - 15
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. DECISÕES.....	16 - 18
4.2. OBRAS/REFORMAS.....	19
4.3. ORÇAMENTO.....	20
4.4. PUBLICIDADE LEGAL.....	21 - 22
4.5. SEM ASSUNTO.....	23 - 24

# Campanha do Tribunal de Justiça contra violência no Carnaval chega a Imperatriz

Com o tema *Diga não à Violência e entre no Bloco da Paz*, TJ, em parceria com outras instituições, levará mensagem de paz aos foliões nas festas do período carnavalesco



**IMPERATRIZ** - A Campanha de Carnaval 2013 do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - *Diga não à Violência e entre no Bloco da Paz* - chegou à Região Tocantina esta semana. A Vara Especial da Mulher de Imperatriz promoverá a campanha. Está à frente das atividades no estado a Coordenadoria da Mulher em Violência Doméstica e Familiar do TJMA, presidida pela desembargadora Nelma Sarney.

Em Imperatriz, o material de divulgação é distribuído em parceria com a Vara da Infância e Juventude da comarca e sob orientação do juiz Delvan Tavares Oliveira. Comissários de Justiça dão apoio ao trabalho nos locais de maior concentração de foliões: Avenida Beira-Rio e praças Manoel Garrincha e da Cultura.

Em paralelo à comarca, a atividade preventiva chegará aos municípios de Governador Edison Lobão, São Pedro d'Água Branca e Divinópolis.

*Diga não à Violência e entre no Bloco da Paz* tem como parceiros este ano a Polícia Rodoviária Federal, Delegacia Especial da Mulher, Delegacia Regional, Ministério Público, Defensoria Pública Estadual e Rede de Atendimento à Mulher Vítima



Divulgação

Juiz Delvan Tavares e Sara Gama com cartaz da campanha do TJ

## Mais

**Em período** de Carnaval ou não, denúncias sobre violência contra a mulher podem ser feitas pelos telefones 180 (Central de Atendimento à Mulher); 3223.5800 (Disque-Denúncia São Luis) e 0300.313.5800 (Interior).

de Violência de Imperatriz.

A mensagem da campanha chega aos foliões da capital por outdoors, cartazes e ônibus do transporte coletivo.

Compondo a mensagem de não violência está o estímulo à denúncia por meio da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

**Governo Federal** - A Campanha foi destaque no site da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. "O Tribunal de Justiça do Maranhão está de parabéns pela iniciativa, pela política e pelo compromisso no enfrentamento à violência contra as mulheres", afirmou, esta semana, a se-

cretária Aparecida Gonçalves.

Em relação a 2012, quando o TJMA lançou a primeira versão da sua campanha contra a violência no Carnaval, as ações deste ano cresceram em materiais educativos e amplitude. *Diga não à violência e entre no Bloco da Paz* chega às ruas também com divulgação eletrônica.

**Parcerias** - A campanha contra a violência no Carnaval foi produzida pela Cemulher e Assessoria de Comunicação da Presidência do TJ, sem custos para os cofres públicos.

Participam das fotografias para divulgação brincantes dos blocos tradicionais do Carnaval maranhense: Os Brasinhos; Os Foliões e Companhia Barrica (Bicho Terra), com apoio do Disque-Denúncia do Maranhão e das empresas São Benedito, Elemen-dia, Stúdio Ribamar Pinheiro e a Exibidora Maranhense.

O Governo do Estado aderiu à campanha e será um dos principais parceiros na sua divulgação. Ao lado do TJMA, as secretarias de Turismo e Comunicação Social coordenam a entrega de materiais publicitários e a mobilização dos brincantes para a leitura de textos sobre o tema nos palcos oficiais de shows.

O bloco da paz tem como proposta falar e denunciar os números da violência contra a mulher e conscientizar a população para o grave problema social.

## Campanha

**A Campanha de Carnaval 2013 do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) - Diga não à violência e entre no Bloco da Paz" - chegou à Região Tocantina esta semana, por meio da Vara Especial da Mulher de Imperatriz, que tem como titular a juíza Sara Fernanda Gama. A Coordenadoria da Mulher em Violência Doméstica e Familiar do TJMA é presidida pela desembargadora Nelma Sarney,**

# Vereador de Buriti Bravo é condenado a 27 anos por tráfico de drogas

Mais duas pessoas que integravam o bando também foram punidas com 15 anos de prisão

**BURITI BRAVO** - O juiz David Mourão Meneses, titular da Comarca de Passagem Franca e respondendo pela de Buriti Bravo, proferiu sentença na qual condena José Almeida Soares Filho, Élcio Cruz Pereira e Vanda Pacheco da Silva pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico de drogas. Élcio Cruz, pelo fato de ser vereador, terá direito de permanecer recolhido em cela especial, até que haja o trânsito em julgado de decisão condenatória, conforme garantia instituída pelo art. 295, II, do Código de Processo Penal.

De acordo com informações, Élcio Cruz Pereira foi condenado à pena de 27 anos e seis meses de reclusão e pagamento de 3.249 dias multa. José Almeida Soares Filho e Vanda Pacheco da Silva receberam penas de 15 anos de reclusão e 1.999 dias multa. O regime inicial de cumprimento da pena, para todos eles, é o fechado, a ser cumprido na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

Na quinta-feira (7), foram cumpridos os mandados de prisão de Élcio e Vanda. José Almeida Soares Filho continua foragido, mas as autoridades policiais da região diligenciam para efetuar a sua prisão.

O juiz explica que o vereador Élcio Cruz Pereira teve uma pena maior, porque está demonstrado nos autos que ele é o segundo ho-

mem da hierarquia da associação para o tráfico em Buriti Bravo. Ficou comprovado, também, que é o braço direito do chefe da organização e que ainda faz o papel de segurança dele, sempre que necessário.

**Mais dois** - O juiz decretou também, na sentença, a prisão preventiva dos acusados Luís Marcos Conceição Guimarães e Fábio da Silva Sousa, que são suspeitos de integrarem a mesma associação. "É oportuno ressaltar que contra os dois últimos ainda não existe sentença condenatória, pois, no curso do processo original, houve um desmembramento, e eles estão atrelados a outro processo, também na Comarca de Buriti Bravo, que está aguardando apenas as últimas manifestações dos advogados de defesa, para que também possam ser julgados", esclareceu David Mourão.

Ainda de acordo com o magistrado, a prisão preventiva foi fundamentada, também, na necessidade de garantia da ordem pública, devido ao risco da permanência em liberdade dos suspeitos. O juiz adiantou que Luis Marcos Conceição e Fábio da Silva Sousa já se encontravam detidos em decorrência de outro mandado de prisão anteriormente cumprido. Os condenados Élcio Cruz, José Filho e Vanda da Silva ainda poderão recorrer da sentença ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na tentativa de alterá-la, mas terão que fazê-lo ainda na condição de presos, pois lhes foi negado o direito de recorrer em liberdade.

## Mais

**O vereador era responsável** pela disseminação de drogas (inclusive crack), pelo menos nos municípios de Buriti Bravo, Passagem Franca, Colinas, Paraibano e Fortuna. Sobre os outros dois sentenciados, foi verificado que eles se limitavam a negociar a droga que lhes era repassada em suas bocas de fumo, sem fazer a redistribuição entre outros locais, abstendo-se de ultrapassar as fronteiras do município de Buriti Bravo.

# TJ movimentou em 2012 R\$ 837,2 milhões para executar Plano Pluriannual

Tribunal manteve as suas despesas dentro dos limites definidos pela Lei e Responsabilidade Fiscal; estratégia assegurou ganhos para os servidores

**O** Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) disponibilizou R\$ 837,2 milhões para executar ações previstas no seu Plano Pluriannual 2012. Os R\$ 774 milhões inicialmente alocados no Orçamento Judiciário daquele exercício receberam acréscimo de R\$ 63,2 milhões em suplementações de duas fontes: excesso de arrecadação e superávit financeiro.

Enquanto outros poderes solicitaram crédito suplementar para cobertura de gastos com pessoal, o TJ cumpriu rigorosamente o orçamento e manteve essas despesas dentro dos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros no primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Antonio Guerreiro Júnior trouxe série de vantagens aos servidores, a exemplo da antecipação de salários (sempre no dia 20) e do 13º (garantido com recursos próprios). Essa estratégia também assegurou a eles o pagamento de 100% da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) e o reajuste nos auxílios alimentação e saúde.

Como os investimentos em equipamentos, reformas, construção de imóveis e despesas de manutenção têm reflexos dire-

tos no orçamento de custeio, o TJ foi buscar recursos adicionais em ações diversificadas – uma delas, os rendimentos dos depósitos bancários. Os investimentos em construção e reforma de imóveis do Judiciário, por exemplo, atingiram R\$ 40 milhões em 2012; outros R\$ 17 milhões foram gastos em bens permanentes.

Por trás do êxito desse planejamento está a Diretoria Financeira do TJ. Além de gerenciar receitas e gastos, o órgão controla materiais e serviços solicitados para aquisição, e contém gastos rejeitando os pedidos avaliados negativamente. "Ainda no quesito redução de custos, foi elaborado projeto de alteração na legislação de diárias que permitiu economia anual em torno de R\$ 1 milhão ao Judiciário", afirma o diretor Luiz Carlos Calvet.

**Transparência** – O lado mais visível do aperfeiçoamento e automação de atividades na diretoria é o "Portal da Transparência", sediado no [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no qual o TJ informa à sociedade, em tempo real, as suas transações orçamentárias e financeiras.

Em 2012, o portal inovou com a divulgação mensal e detalhada da folha de pagamento de pessoal. Servidores públicos que recebem quaisquer vantagens

pecuniárias à custa do orçamento do Tribunal têm seu nome divulgado, bem como a quantia recebida. A novidade atende à Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio do ano passado.

Os bons resultados do projeto sob os aspectos transparência financeira e economicidade levaram o TJMA a participar do prêmio Innovare, criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras no Judiciário brasileiro.

O TJMA obteve outras conquistas importantes em 2012 com a publicação, no prazo pré-estabelecido, e de acordo com exigência da LRF, do Relatório de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestre do exercício; o acompanhamento dos lançamentos contábeis e conciliações bancárias; o controle da execução orçamentária e financeira; e o pagamento de todos os fornecedores nos prazos contratuais.

O encaminhamento de proposta de alteração ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2012, que regulamenta o orçamento para 2013, previu alterações que asseguram efetiva autonomia administrativa e financeira ao Poder Judiciário, prevista na Constituição estadual.

Divulgação



Presidente do TJ, Guerreiro Júnior diz que cumpriu rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal

“

É uma iniciativa pioneira entre os poderes do estado e busca maior dinamismo no nosso planejamento e execução orçamentária”

Guerreiro Júnior, presidente do TJ-MA

- **Durante o Carnaval**, o Tribunal de Justiça funcionará com plantão judiciário de 2º grau, quando só serão recebidas demandas urgentes, como habeas-corpus e mandado de segurança.
- **A desembargadora** Raimunda Bezerra será plantonista hoje e amanhã. De segunda-feira a Quarta-Feira de Cinzas, a desembargadora Anildes Cruz estará à frente do plantão.
- **Para quem** for acessar o serviço, o telefone do plantão judiciário de 2º grau é (98) 8815-8344. O servidor plantonista Mayco Murilo Pinheiro estará no celular (98) 8844-9049.

## Crianças

**A juíza** da infância e adolescência de Codó, Stela Muniz, editou portaria que rege a permanência de crianças e adolescentes nos locais onde são promovidas as festas carnavalescas e também nos blocos e escolas de samba. Os pais devem atentar aos horários permitidos.

## Fiscalização

**A fiscalização** quanto ao cumprimento da portaria será realizado por oficiais de Justiça, conselheiros tutelares, Ministério Público, Polícia Civil e Militar e ainda membros da ONG Plan. Crianças devem estar acompanhadas pelos pais ou responsáveis até as 22h.

# Tranquilidade na estrada e em ferry-boats marca véspera da folia

Nos terminais rodoviário e da Ponta da Espera, a Polícia Militar montou postos de barreiras fixas para checagem de passageiros

Quem saiu de São Luís para aproveitar o Carnaval no interior do estado percebeu o clima de tranquilidade na BR-135 e também no Terminal da Ponta da Espera. Os foliões que viajaram para as cidades da Baixada Maranhense não tiveram problemas para embarcar nos ferry-boats. Aproximadamente 80 mil pessoas devem passar pelo terminal até a Quarta-Feira de Cinzas, conforme a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap).

Os passageiros devem embarcar nas 11 viagens diárias programadas, cujas passagens foram todas vendidas entre os dias 2 e 3 de janeiro. "Se necessário, serão vendidas passagens extras. Isso dependerá da demanda e da disponibilidade das operadoras dos ferry-boats", disse Fabrício Trifoni, coordenador de Terminais Externos da Emap.

Segundo ele, para garantir conforto e segurança, foi montado um plano de ação conjunta com as empresas de ferry-boat, Polícia Militar, Capitania dos Portos, Anvisa e Juizado da Infância e da Adolescência. "A ideia é organizar melhor a saída nos terminais de São Luís e do Cujupe, em Alcântara, preservando os passageiros de ficarem muito tempo esperando para embarcar ou serem mal atendidos", esclarece.

**Barreiras** - Nos dois Terminais de Passageiros, a Polícia Militar (PM) montou postos de barreiras fixas. Em São Luís, o trabalho está a cargo do 1º Batalhão da PM e em Cujupe a responsabilidade é do 10º Batalhão da PM.

Os policiais fazem a checagem tanto das habilitações de motoristas, do porte ilegal de armas e informações relativas ao veículo, como Registro Nacional de Carteiras de Habilitação (Renach), Sistema Nacional de Armas (SINARM) e Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

**Estrada** - Na única rodovia que dá acesso à capital, o fluxo de veículos na manhã de ontem foi pequeno e condutores não enfrentaram congestionamentos como costumava acontecer nesse período. A maior movimentação foi vista no retorno do Tirirical, onde ficam estacionadas as vans e táxi-lotação que levam passageiros para cidades da região central do Maranhão.

A fila de carros era grande, mas os passageiros ainda estavam em número reduzido. "Esperamos que a procura por nossos serviços aumente à tarde e amanhã [hoje]", disse o motorista Carlos Augusto Pereira.

A Polícia Rodoviária Federal iniciou ontem a Operação Carnaval,



Flora Dolores

Movimentação de passageiros em ferry-boat foi tranquila ontem

## Mais

**Os agentes alertam** para a fiscalização eletrônica ao longo da rodovia. Desde ontem, entraram em funcionamento mais dois conjuntos de medidores de velocidade instalados nos Km 10.1 e Km 14.8. Nesses trechos, a velocidade permitida é de até 60km/h. Os radares têm como objetivo reduzir o número de acidentes e proporcionar mais segurança à população. Segundo a Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte no Maranhão (DNIT), os novos radares substituirão os quebra-molas espalhados pela via, principalmente aqueles feitos pela população e que fogem aos padrões estabelecidos pelo órgão. "Não terá mais sentido a existência dos quebra-molas nos trechos com redutores de velocidade, que trazem mais conforto e tranquilidade aos motoristas, que sempre reclamaram da falta de segurança e da pouca visibilidade. Os radares garantem melhor trafegabilidade, com fluxo maior de carros, já que os veículos não são obrigados a parar para ultrapassá-lo", explicou o assessor do DNIT.

atuando no trecho que comprehende principalmente os Km 9 e Km 50. Além do policiamento e da ação para evitar congestionamentos, os

agentes intensificaram as fiscalizações com uso de etilômetros (os populares bafômetros) atendendo a Lei Seca.

## **BEQUIMÃO**

# **MPMA requer suspensão de demissões ilegais de servidores públicos**

A promotora de justiça Rita de Cássia Pereira Souza, titular da Comarca de Bequimão, ajuizou na última terça-feira (5/2), uma Ação Civil Pública, com pedido de Liminar, solicitando que, em um prazo de 24 horas, a prefeitura deixe de demitir ou afastar servidores públicos de suas funções, sem que haja o devido processo legal.

Também foi solicitado pelo Ministério Público que sejam anulados os atos de demissão ou afastamento que tenham ocorrido sem processo administrativo prévio e que seja reaberto o prazo para recadastramento dos servidores municipais.

**NOMEAÇÕES IRREGULARES** - Em 2007, foi realizado um concurso público para o quadro de pessoal do município, cujas nomeações tiveram fortes indícios de irregularidades, pois não teriam seguido a ordem de classificação no certame e seriam em número superior ao de cargos previstos. Esses fatos são objeto

de uma Ação Popular que ainda não foi julgada.

Em janeiro de 2009, o então prefeito Antonio Diniz Braga Neto editou um decreto que tornou sem efeito as nomeações, levando à demissão de mais de uma centena de servidores públicos sem que houvesse uma análise da legalidade de cada uma das nomeações. Os servidores procuraram a Justiça e, no final de 2012, conseguiram uma decisão para que fossem reintegrados aos cargos e recebessem os vencimentos do período em que permaneceram afastados.

Em novembro de 2012, Antonio Diniz estendeu os efeitos da decisão judicial às pessoas que não haviam ajuizado ações, seja por desconhecimento dos direitos ou por falta de condições financeiras de pagar um advogado.

No início de 2013, no entanto, o prefeito eleito, Antonio José Martins, editou um novo decreto, que "tornou sem efeito as nomeações feitas entre 07 de

julho de 2012 até 31 de dezembro de 2012, ressalvadas aquelas que foram feitas em cumprimento de decisão judicial transitada em julgado". O documento determinava, ainda, uma auditoria na folha salarial, evitando pagamentos indevidos.

**MEDIDA** - A promotora, no entanto, ressalta que nenhum servidor foi nomeado, e sim reintegrado. "Embora os servidores que não impetraram mandado de segurança tenham sido reintegrados, e não nomeados, visto que nem ato de nomeação eles possuem, o atual gestor municipal tem entendido, equivocadamente, que o prefeito anterior nomeou tais servidores e, em razão disso, está os afastando verbalmente de suas funções, 'mandando-os para casa'", explica, na ação, Rita Souza.

Além disso, foi iniciado um processo de recadastramento do funcionalismo no qual vários servidores afirmaram terem sido constrangidos e humilhados. A documen-

tação apresentada por eles não teria sido aceita, sem nenhuma justificativa, e não lhes foi dado nenhum comprovante de que compareceram ao recadastramento. O Município tem anunciado que os servidores que não comparecerem ao recadastramento serão automaticamente demitidos.

Diante da situação, a promotora solicitou esclarecimentos do prefeito de Bequimão, Antonio José Martins, em 21 de janeiro, mas não recebeu nenhuma resposta. Em 30 de janeiro foi feita uma Recomendação sobre o assunto, encaminhada ao prefeito, ao secretário de Administração e ao secretário de Educação. "Mesmo após o recebimento, o Município de Bequimão continuou praticando ilegalidades contra os servidores municipais", observou a promotora, explicando que só restou ao Ministério Público a opção de ingressar com a Ação Civil Pública buscando garantir os direitos dos servidores municipais.

## ■ JUSTIÇA

# INDICAÇÃO DA VAGA DE DESEMBARGADOR PELA OAB CONTINUA SUSPENSA

A vaga, que pertence à OAB-MA, continua suspensa, o que vem prejudicando os trabalhos no Tribunal de Justiça. Está suspensa até decisão da Justiça sobre o recurso da Ordem para o pedido do advogado Samir Murad.

POLÍTICA 2

**■ JUSTIÇA**

# Indefinição permanece

Indicação de desembargador da OAB à vaga no Tribunal de Justiça do Maranhão segue ainda indefinida. Entidade diz estar esperando resultado da ação cautelar movida pelo advogado e concorrente Samir Murad

MARIANA SALGADO

**H**á nove meses que o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) funciona com um desembargador a menos, o que tem comprometido a celeridade dos trabalhos da casa. E ainda não há previsão de quando o cargo será ocupado. A vaga deve ser preenchida por um dos nomes (entre seis) indicados pela Ordem dos Advogados (OAB) do estado. No processo de escolha dos candidatos, o advogado Samir Murad, que teve o nome indeferido pela OAB por ser cunhado da governadora do Maranhão, entrou com ação cautelar, solicitando a inclusão do seu nome. A seleção da lista sétupla, que irá ser encaminhada para o Tribunal, está suspensa até decisão da justiça sobre o recurso da Ordem para o pedido do advogado Samir. Até lá, permanecerá a vacância no TJ.

Em abril do ano passado, o TJ-MA oficiou a OAB sobre existência de uma vaga de desembargador, a ser preenchida pelo quinto constitucional. Esse dispositivo prevê que um quinto dos lugares na composição do Tribunal é preenchido, de forma alternada, por membros do Ministério Público Estadual e entidade. Como o último integrante do quinto a ingressar na Corte foi o desembargador Fróz Sobrinho, oriundo do Ministério Público – e com a aposentadoria do desembargador Milson Coutinho – é a vez da OAB assumir o cargo.

No processo, a lista sétupla elaborada pela OAB é encaminhada



Pleno do Tribunal de Justiça tem atuado há mais de 6 meses com um desembargador a menos. No total, devem ter 27 membros

para o Tribunal, que em sessão plena, escolhe três nomes. A lista, agora tríplice, é enviada ao chefe do executivo estadual – no caso, a governadora Roseana Sarney (PMDB) – que seleciona o novo desembargador.

Em agosto de 2012, o conselho da seccional da Ordem iniciou o processo de escolha dos candidatos à vaga. Com o nome indeferido, Samir Jorge Murad, entrou com ação cautelar acatada pelo juiz federal Nélson Loureiro, em novembro. "O meu indeferimento foi constitucionalmente ilegal", alegou o advogado.

Ao que tudo indica, OAB acredita que, sendo cunhado da governadora, se

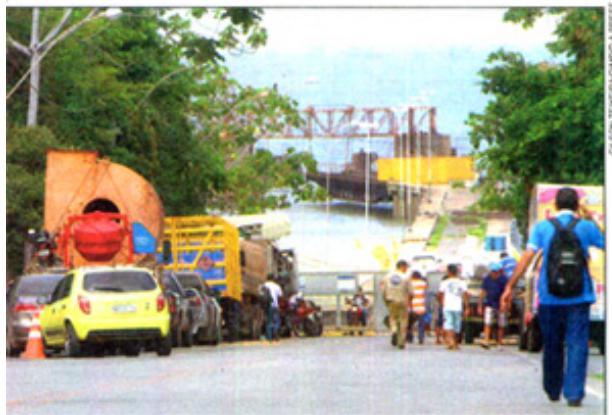
## Composição

Atualmente, cinco dos 24 desembargadores são integrantes do quinto constitucional: Antonio Bayma Aroujo, Jamil Gedeon e Ribamar Fróz, pelo Ministério Público; Jorge Rachid e Paulo Velten, pela OAB.

chegasse à lista tríplice, Samir seria escolhido pela relação de parentesco.

A Ordem não tem posicionamento oficial sobre o assunto, apenas in-

forma que só dará prosseguimento à escolha dos seis nomes, quando o seu recurso for julgado. Até a definição, o Tribunal de Justiça ficará atuando com apenas 26 desembargadores. A assessoria do TJ explicou que, para as votações não terminar em empate, é necessário um número ímpar de desembargadores. Além disso, com o grande número de processos, é necessária a quantidade exata de profissionais para dar celeridade aos trabalhos. A 27ª vaga, respeitando a quinta Constitucional, só pode ser ocupada por um advogado da OAB, inviabilizando qualquer outra saída para o Tribunal.



GILSON TEIXEIRA/CAMPANHA PRESS



## FESTA NO INTERIOR

**Os foliões que optaram por pular o carnaval no interior lotaram o terminal rodoviário rumo à Baixada (foto). O Terminal da Ponta da Espera também foi movimentado pelos carros à espera dos ferries (foto).**

URBANO 2



CARNAVAL

# Prontos para viagem

Às vésperas do feriado prolongado, os principais terminais de embarque e desembarque ficaram lotados ao longo do dia. Hoje é esperado um público ainda maior, inclusive nas BRs que cortam o Maranhão

MICHEL SOUSA

**A**ssim como a folia, fantasias e máscaras são esperadas durante todos os dias de carnaval, o corre-corre e o aumento da procura por passageiros em aeroportos, rodoviárias e nos terminais hidroviários de São Luís também são bastante previsíveis. Mas para algumas pessoas a correria vale a pena.

No retorno do Tírical, local onde as vans e carros de passeio fretam viagens para os interiores, poucas pessoas procuraram os transportes clandestinos, principalmente por causa da fiscalização feita por agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). No Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado poucas pessoas aguardavam viagens pela manhã de ontem.

Apenas 21 voos domésticos foram registrados até as 14h, sem registros de atraso ou cancelamento.

No posto da Polícia Rodoviária Federal, localizada no km 14 da BR-135, em Pedrinhas, agentes não tiveram dificuldades para controlar o fluxo de veículos entrando ou saindo da capital. A tendência é de que durante todo o dia de hoje o quadro inunde e a barreira montada na saída da cidade seja desfeita. Segundo estimativa da PRF, são esperados de 300 a 600 veículos apenas hoje.

## Rodoviária

No terminal rodoviário de São Luís, o movimento é grande, mas deverá se intensificar a partir de hoje. É o que espera o administrador do local, Gerson Jansen Pereira, que destacou o deslocamento de ôni-

bus extras para suprir a demanda.

"São 27 empresas e todas vão colocar ônibus extras para dar conta do recado. A tendência é de que no sábado (hoje) o movimento fique ainda mais intenso", destacou lembrando que o destino de maior procura tem sido a Baixada maranhense – região com mais de 20 mil quilômetros quadrados e que abrange cerca de vinte municípios, dentre os quais estão: São Bento, Viana, Pinheiro, São Vicente Ferrer, Arari, Anajatuba, Pedro do Rosário, Peri Mirim, Palmeirândia e outros.

O administrador compara a atual situação com a do mesmo período de 2012: "No passado 26 mil passageiros utilizaram o terminal no mesmo período. Para este ano são esperados 27.912 pessoas durante o feriado momesco", disse Gerson,



Movimento intenso nos terminais de embarque e desembarque da rodoviária da capital maranhense

## PERSONAGEM DA NOTÍCIA

### Com as malas prontas

*Para o estudante Tiago Oliveira, de 23 anos, vai valer a pena o sufoco para comprar passagem para Chapadinha, interior do Maranhão, para curtir o feriado momesco. "As dificuldades existem, mas é o melhor dia para viajar, pois sábado (hoje) vai ter muito engarrafamento na saída de São Luís", destacou.*

*São mais de 255 quilômetros de São Luís até a cidade localizada no baixo Parnaíba. Mas para o aficionado por carnaval, a programação dessa viagem começou desde dezembro e explicou o motivo para a escolha da cidade. "Tenho familiares em Chapadinha e mesmo que não tivesse iria para lá, pois é o melhor carnaval do Maranhão. Vai ser muito bom e espero que tudo corra bem", explicou.*

*Chapadinha é conhecida Brasil*



*à fora como a cidade da "paz", por seu percentual de acidente baixíssimo, em grandes eventos com isso o carnaval vem crescendo a cada ano, neste 2013 chapadinha espera por pelo menos mil visitantes para este carnaval, segundo informações da Prefeitura da cidade.*

ressaltando que, na volta, o terminal não deverá ficar lotado: "Não esperamos muitas pessoas dentro da rodoviária, pois muitas acabam parando no centro da cidade e em bairros ao entorno". Os ônibus fazem os trajetos parando em pontos dentro da cidade para, depois,

chegarem ao terminal.

Ele enfatiza que o carnaval é uma das épocas que mais movimentam o terminal: "Os carros-chefe são Natal e Réveillon. Além destes, o dia das Mães e o feriado de Nossa Senhora da Aparecida, em outubro, também fazem com que o movimento

na rodoviária cresça".

#### Ponta da espera

No terminal da Ponta da Espera, o ferry-boat realiza normalmente oito viagens diárias, mas com a chegada do feriado está sendo necessário inserir mais uma viagem extra, todos os dias, no roteiro de saída do ferry. O responsável pela Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap), Fabrício Trifoni, afirmou que desde o dia 2 de janeiro as passagens estão esgotadas. "Está tudo correndo tranquilamente, principalmente porque as passagens foram vendidas desde os primeiros dias de janeiro. Com isso os passageiros só aparecem nos horários agendados o que diminui os tumultos e corre-corre", destacou.

#### Circulação dos trens

A estrada de Ferro Carajás foi liberada na noite da última quinta-feira, segundo a assessoria de comunicação da Vale. Mas o serviço de transporte de passageiros só será restabelecido hoje pela manhã. As passagens de quinta e de ontem podem ser reembolsadas ou remarca-das em outra data.

A empresa conseguiu, na justiça, a reintegração de posse da ferrovia que havia sido interditada por moradores do povoado de Outeiro dos Pires, em Santa Rita, que fica a 70 km de São Luís. O protesto foi organizado por moradores que querem a construção de um viaduto de um lado ao outro do trilho.

**BURITI BRAVO**  
**Vereador e outros  
dois acusados  
são condenados por  
tráfico de drogas**

O juiz David Mourão Meneses, titular de Passagem Franca e respondendo pela Comarca de Buriti Bravo, proferiu sentença na qual condena os acusados José Almeida Soares Filho, Élcio Cruz Pereira e Vanda Pacheco da Silva, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico de drogas. Élcio Cruz, pelo fato de ser vereador, terá direito de permanecer recolhido em cela especial, até que haja o trânsito em julgado de decisão condenatória. **ÚLTIMA PÁGINA**

## BURITI BRAVO

# Vereador e outros dois acusados são condenados por tráfico de drogas

O juiz David Mourão Meneses, titular de Passagem Franca e respondendo pela Comarca de Buriti Bravo, proferiu sentença na qual condena os acusados José Almeida Soares Filho, Élcio Cruz Pereira e Vanda Pacheco da Silva, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico de drogas (artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/2006). Élcio Cruz, pelo fato de ser vereador, terá direito de permanecer recolhido em cela especial, até que haja o trânsito em julgado de decisão condenatória, conforme garantia instituída pelo art. 295, II, do Código de Processo Penal.

De acordo com informações da comarca, Élcio Cruz Pereira, que é vereador no município de Buriti Bravo, foi condenado à pena de 27 anos e seis meses de reclusão e ao pagamento de 3.249 dias multa. José Almeida Soares Filho e Vanda Pacheco da Silva receberam penas de 15 anos de reclusão e 1.999 dias multa. O regime inicial de cumprimento da pena, para todos

eles, é o fechado, a ser cumprido na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís.

Na quinta-feira (7), foram cumpridos os mandados de prisão de Élcio e Vanda. José Almeida Soares Filho continua foragido, mas as autoridades policiais da região continuam empreendendo diligências para efetuar a sua captura o mais rápido possível.

O juiz explicou que o vereador Élcio Cruz Pereira teve uma pena maior que a dos outros acusados porque está demonstrado nos autos que ele é o segundo homem da hierarquia da associação para o tráfico na Comarca de Buriti Bravo. Ficou comprovado, também, que é o braço direito do chefe da organização e que ainda faz o papel de segurança deste, sempre que necessário.

Além disso, o vereador é responsável pela disseminação de drogas (inclusive crack), pelo menos nos municípios de Buriti Bravo, Passagem Franca, Colinas, Paraibano e Fortuna. Sobre os outros dois

sentenciados, foi verificado que eles se limitavam a negociar a droga que lhes era repassada em suas próprias bocas de fumo, sem fazer a redistribuição entre outros locais desta natureza e abstendo-se de ultrapassar as fronteiras do município de Buriti Bravo.

O juiz decretou, na sentença, a prisão preventiva dos acusados Luis Marcos Conceição Guimarães e Fábio da Silva Sousa que são acusados de integrarem a mesma associação para o tráfico dos sentenciados acima nominados.

O juiz adiantou que os Luis Marcos Conceição e Fábio da Silva Sousa já se encontravam detidos em decorrência de outro mandado de prisão anteriormente cumprido. Os condenados Élcio Cruz, José Filho e Vanda da Silva, ainda poderão recorrer da sentença ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, na tentativa de alterá-la, mas terão que fazê-lo ainda na condição de presos, pois lhes foi negado o direito de recorrer em liberdade.

## Justiça recebe denúncia contra o prefeito de São Domingos do MA

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) recebeu nesta quinta-feira (7), por maioria de votos, denúncia contra o prefeito de São Domingos do Maranhão, Kleber Alves de Andrade. Uma ação penal será instaurada para apurar suposta prática do delito de falsidade ideológica.

O prefeito é acusado pelo Ministério Pùblico Estadual de ter prestado informação falsa ao declarar que disponibilizou cópia da prestação de contas do município, exercício 2010, à Câmara de Vereadores, no documento que enviou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), em 1º de abril de 2011.

## ■ Novo Fórum

O desembargador José Bernardo Rodrigues aproveitou sua presença no plenário da Assembleia Legislativa na última segunda-feira para dar uma boa notícia à deputada Valéria Macedo.

Segundo Bernardo Rodrigues, o Tribunal de Justiça, após o carnaval, vai receber o terreno onde será construído o futuro prédio do Fórum de Porto Franco, município natal da parlamentar.

## Plano Pluriannual do Tribunal de Justiça movimentou R\$ 837,2 milhões em 2012

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) disponibilizou R\$ 837,2 milhões para executar ações previstas no seu Plano Pluriannual 2012. Os R\$ 774 milhões inicialmente alocados no Orçamento Judiciário daquele exercício receberam acréscimo de R\$ 63,2 milhões em suplementações de duas fontes: excesso de arrecadação e superávit financeiro.

Enquanto outros poderes solicitaram crédito suplementar para cobertura de gastos com pessoal, o TJ-MA cumpriu rigorosamente o orçamento e manteve essas despesas dentro dos limites definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A gestão eficiente dos recursos orçamentários e financeiros no primeiro ano de gestão do desembargador-presidente Antônio Guerreiro Júnior trouxe série de vantagens aos servidores, a exemplo da antecipação de salários (sempre no dia 20) e do 13º (garantido com recursos próprios). Essa estratégia também assegurou a eles o pagamento de 100% da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) e o reajuste nos auxílios alimentação e saúde.

Como os investimentos em equipamentos, reformas, construção de imóveis e despesas de manutenção têm reflexos diretos no orçamento de custeio, o TJ-MA foi buscar recursos adicionais em ações diversificadas – uma delas, os rendimentos dos depósitos bancários. Os investimentos em construção e reforma de imóveis do Judiciário, por exemplo, atingiram R\$ 40

milhões em 2012; outros R\$ 17 milhões foram gastos em bens permanentes.

Por trás do êxito desse planejamento está a Diretoria Financeira do TJ-MA. Além de gerenciar receitas e gastos, o órgão controla materiais e serviços solicitados para aquisição, e contém gastos rejeitando os pedidos avaliados negativamente. “Ainda no quesito redução de custos foi elaborado projeto de alteração na legislação de diárias que permitiu economia anual em torno de R\$ 1 milhão ao Judiciário”, conta o diretor Luiz Carlos Calvet.

**Transparência** – O lado mais visível do aperfeiçoamento e automação de atividades na diretoria é o “Portal da Transparência”, sediado em [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), no qual o TJ-MA informa à sociedade, em tempo real, as suas transações orçamentárias e financeiras.

Em 2012, o portal inovou com a divulgação mensal e detalhada da folha de pagamento de pessoal. Servidores públicos que recebem quaisquer vantagens pecuniárias à custa do orçamento do Tribunal têm seu nome divulgado, bem como a quantia recebida. A novidade atende à Lei de Acesso à Informação, em vigor desde maio do ano passado.

Os bons resultados do projeto sob os aspectos transparência financeira e economicidade levaram o TJ-MA a participar do prêmio Innovare, criado para identificar, premiar e divulgar práticas inovadoras no Judiciário brasileiro.



Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça  
4ª Vara Cível da Comarca de São Luís

## EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

PROCESSO N°: 0002881-17.1988.8.10.0001

CLASSE CNJ: EXECUÇÃO

PARTE(S) REQUERENTE (S): BANORTE - BANCO NACIONAL DO NORTE S/A

PARTE(S) REQUERIDA (S): LELIA MARGARETH ATAIDE AZEVEDO

O Excelentíssimo Senhor Dr. Tyrone José Silva, Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

### FINALIDADE

**FAZ SABER** a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **CITADA** a parte requerida, **LELIA MARGARETH ATAIDE AZEVEDO**, e eventuais interessados, que se encontra em lugares incertos e não sabidos, para pagar no prazo de **3 (três) dias**, contados da citação, o valor atualizado em reais de **CZS 77.026,57** (setenta e sete mil, vinte e sete cruzados e cinqüenta e sete centavos) ou nomear bens a penhora, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

**OBSERVAÇÃO:** Fica(m) ciente(s) o(s) executado(s) de que dispõe(m) do prazo legal de 15 (quinze) dias para oferecer embargos à execução.

**ADVERTÊNCIA:** No caso de integral pagamento no prazo de **3 (três) dias**, a verba honorária será reduzida pela metade, por força do parágrafo único do artigo 652 - A do CPC.

**ADVERTÊNCIA:** Fica advertido o suplicado de que o prazo inicia-se após o transcurso dos vinte dias fixados, que começa a partir da 1ª publicação.

São Luís, 17 de dezembro de 2012



TYRONE JOSE SILVA  
Juiz de Direito da 4ª Vara Cível



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 02/2013  
Processo n.º 57.483/2012**

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** para **Contratação de empresa de engenharia especializada para realizar a construção do novo Fórum da comarca de Imperatriz/MA**, no dia **15/03/2013**, às **09:00 horas** (horário local), na **Sala da Comissão Permanente de Licitação**, na Rua Viveiros de Castro, nº 257, Alemanha (Anexo V TJMA), São Luís/MA.

As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone (98) 3243-2642/3950. Os interessados poderão adquirir o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na Sala supracitada.

São Luís, 08 de fevereiro de 2013.

**RAULIFRAN DA SILVA COSTA**  
**Presidente da CPL - TJ/MA**

## ***Ferrovia é desbloqueada e trem da Vale volta a circular***

A Vale conseguiu, na Justiça, a reintegração de posse da Estrada de Ferro Carajás (EFC), bloqueada desde terça-feira (5) por moradores do povoado de Outeiro dos Pires, no município de Santa Rita. A decisão foi da juíza Karine Lopes de Castro. A Assessoria de Comunicação da Vale informou, na manhã de ontem (8), por meio de nota, que a ferrovia já foi liberada e o trem de passageiros (São Luís - MA/ Parauapebas - PA) voltará a circular na manhã de hoje (9).

PÁGINA 5

# Ferrovia é desbloqueada e trem da Vale volta a circular

POR OSWALDO VIVIANI

A Vale conseguiu, na Justiça, às 21h de quinta-feira (7), a reintegração de posse da Estrada de Ferro Carajás (EFC), bloqueada desde terça-feira (5) por moradores do povoado de Outeiro dos Pires, localizado no município de Santa Rita (a 79 quilômetros de São Luís). A decisão foi da juíza Karine Lopes de Castro, titular da comarca de Santa Rita. A Assessoria de Comunicação da Vale informou, na manhã de ontem (8), por meio de nota (*veja a íntegra nesta página*), que a ferrovia já foi desinterditada e o trem de passageiros (São Luís (MA)/Parauapebas (PA)) voltará a circular na manhã de hoje (9). Passageiros que compraram passagens para os trens que não circularam podem fazer a troca por outro dia ou obter o reembolso, a partir de segunda-feira (11), nas estações.

A estrada de ferro foi fechada às 7h30 de terça por moradores que reivindicam a construção de um viaduto no Km 72.

Os moradores dizem que a Vale descumpriu um acordo, firmado em julho de 2012. Segundo eles, no projeto de expansão da EFC, apresentado pela Vale na ocasião, constava a construção do viaduto, entre outras obras, o que não se concretizou.

A Vale afirmou que continuará negociando com os moradores o atendimento à reivindicação.

EFC – A Estrada de Ferro Carajás tem 892 km de extensão e liga os estados do Maranhão e do Pará. Em funcionamento desde 1986, o trem de passageiros da EFC realiza viagens de São Luís a Parauapebas nas segundas e quintas e nos sábados, e de Parauapebas a São Luís às terças e sextas e aos domingos. Cerca de 1.300 pessoas são transportadas diariamente.

Os trens cargueiros da Vale transportam, por dia, 396 mil toneladas de minério de Carajás-PA ao Porto do Itaqui, em São Luís.



ARQUIVO

Ferrovia foi desinterditada após decisão judicial

## Veja a íntegra da nota da Vale

"A Vale informa que a Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi desbloqueada quinta-feira (7/02), por volta das 21h, no Km 72, no município de Santa Rita, após os manifestantes terem sido intimados da liminar de reintegração de posse deferida pela Juíza de Direito da Comarca de Santa Rita.

A desocupação pelos manifestantes ocorreu de forma pacífica. As operações dos trens de carga já estão normalizadas. O trem de passageiros voltará a circular neste sábado (8/02), partindo da estação de São Luís, às 8h, com destino a Parauapebas (PA).

A EFC foi interrompida na última terça-feira, quando moradores do povoado de Outeiro dos Pires, localizado no município de Santa Rita (MA) bloquearam o Km 72 da ferrovia.

Durante todo o período da interdição, representantes da Vale estiveram reunidos com líderes comunitários para reiterar o compromisso firmado durante a reunião pública realizada em Santa Rita, no dia 13 de julho de 2012, na qual a Vale apresentou o projeto de expansão da EFC.

Entre as obras previstas em Santa Rita, de acordo com o projeto apresentado, está a construção de um viaduto no Km 72.

O projeto de expansão da EFC teve a sua licença de instalação (LI) concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 19 de novembro de 2012. A partir desta licença, a Vale obteve a autorização para iniciar as obras previstas no projeto."